

PAULO HOFFMAN  
LEONARDO FERRES DA SILVA RIBEIRO

(Coordenação)

**O NOVO REGIME DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E DO AGRAVO  
RETIDO  
modificações da lei 11.187/05**

Editora Quartier Latin do Brasil

São Paulo, outono de 2006

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

HOFFMAN, Paulo & Ribeiro, Leonardo Ferres da Silva (coord.) - O Novo Regime do Agravo de Instrumento e do Agravo Retido - São Paulo : Quartier Latin, 2006.

1. Processo Civil 2. Direito

## SUMÁRIO

*Apresentação, 13*

ADRIANA CARVALHO GIRARDELLI

*Nova Lei do Agravo — das Decisões Interlocutórias: qual o Recurso Cabível?, 19*

1. Predominância do Agravo Retido no Processo Civil	21
2. Processamento do agravo retido	25
2.1. Agravo retido oral nas audiências de instrução e julgamento	25
2.2. Inutilidade do Agravo Retido	31
3. Celeridade na marcha processual e os princípios constitucionais	31
4. Mandado de Segurança contra atos do juiz	38
5. Conclusão	41
Bibliografia	44

ARLETE INÊS AURELLI

*A nova sistemática do agravo (Lei 11.187/2005) e o mandado de segurança contra ato judicial, 49*

1. Considerações Introdutórias	51
2. A necessidade do mandado de segurança contra ato judicial em face do advento da Lei 11.187 de 20 de outubro de 2005	54
3. Análise de algumas hipóteses de cabimento do mandado de segurança contra ato judicial	58
4. Conclusão	73
Bibliografia	76

CLÁUDIA APARECIDA CIMARDI

*O parágrafo único do art. 527 e o pedido de reconsideração, 81*

DIONE MARTINS MUNIZ

*A Utilização dos Conceitos Vagos na Conversão do Agravo Retido em Instrumento (art. 522 e Inciso II do art. 527 do Código de Processo Civil), 95*

EDUARDO MELO DE MESQUITA

*Agravo e o Mandado de Segurança contra Atos do Juiz em face das Novas Alterações do Sistema Processual, 111*

I. Noções introdutórias	113
II. Recurso, remessa obrigatória e ação autônoma	114
III. Ação impugnativa autônoma contra ato judicial e a interpretação conforme a Constituição	115
IV. Correição parcial e a Lei 1.533/51	120
V. O sistema recursal vigente e a recorribilidade plena	121
VI. O novo perfil do agravo e a interpretação conforme a Constituição	122
VII. Cabimento do agravo de instrumento na Justiça do Trabalho	127

FABIANA DE SOUZA RAMOS

*Recurso cabível das decisões com conteúdo do art. 267 e 269 do CPC, da ótica das Leis nº 11.187, de 19 de outubro de 2005 e 11.232 de 22 de dezembro de 2005, com enfoque para o Indeferimento da Reconvenção, 133*

1. Considerações iniciais	135
2. Definição de sentença pelo conteúdo	136
3. Momento de prolação da sentença	138
4. Recurso cabível contra as decisões com conteúdo do art. 267 e 269 do CPC	141
5. Oferecimento do agravo e o princípio da ampla defesa	149
6. Forma - agravo retido ou de instrumento	150
7. Da conclusão	154
Bibliografia	155

FERNANDO DA FONSECA GAJARDONI

*A Nova Sistemática do Recurso de Agravo Introduzida pela Lei 11.187/2005 e os Prejuízos à Justiça de 1º Grau, 157*

1. Introdução	159
---------------	-----

2. O regime do agravo até então vigente	160
3. As mudanças da Lei 11.187/2005	163
4. Conclusões	166

## HENRIQUE ARAÚJO COSTA

### *Princípio da Concentração no Novo Regime do Agravo, 167*

1. Introdução	169
1.1. Concentração x antecipação de tutela	170
1.2. Princípio da concentração: enfoque epistemológico	174
1.3. Concentração e poder: entre o processo e a filosofia	177
2. O novo regime procedimental do agravo	179
2.1. A retenção como regra: rol exaustivo x exemplificativo?	181
2.2. Possibilidade de decisão irrecorrível; invasão de competência?	182
2.3. O mandado de segurança como corretivo sistemático	183
2.4. Retenção nas sentenças agraváveis e princípio da correspondência	185
3. Remodelação teórica e inovação procedimental	187
3.1. Concentração e valorização da sentença	189
3.2. Tensões sistemáticas entre teoria e procedimento	190
4. Conclusão	191
5. Referências	193

## IZABELLE ALBUQUERQUE COSTA MAIA

### *Breve Exame da Nova Disciplina do Agravo, 197*

1. Introdução	199
2. O Regime de Retenção do Agravo como Regra Geral	200
3. Hipóteses de Cabimento do Agravo de Instrumento	201
Perigo de lesão grave e de difícil reparação	201
Inadmissão da apelação e efeitos em que é recebida	204
4. Conversão Obrigatória do Agravo de Instrumento em Agravo Retido	206
5. Irrecorribilidade da Decisão de Conversão e da que Concede Efeito Suspensivo ou Ativo ao Agravo	207
6. Conclusão	209
Bibliografia	211

## JOSÉ ALEXANDRE MANZANO OLIANI

**Localização: 347.958(81)**

**N945r**

**Código de barras: STJ00065845**

### *Agravo Interno e Contraditório, 213*

1. Introdução	215
2. Ampliação dos poderes do relator	217
3. Estrutura colegiada dos tribunais brasileiros	220
4. Revisão colegiada dos pronunciamentos individuais dos integrantes de tribunais	224
5. O contraditório no agravo interno	226
Bibliografia	231

### LEONARDO FERRES DA SILVA RIBEIRO

*Breves considerações sobre a irrecorribilidade das decisões liminares do relator e o "juízo de reconsideração" (parágrafo único do art. 527 do CPC), 235*

1. Considerações iniciais	237
2. Natureza jurídica e finalidade do pedido de reconsideração	239
3. O tema da preclusão pro judicato	240
4. O juízo de reconsideração positivado pela Lei nº 11.187/05	247
4.1. As decisões do relator tidas como, "irrecorríveis"	247
4.2. A ausência de revisão colegiada do pronunciamento do relator	251
4.3. A (in)constitucionalidade da supressão do agravo interno	254
5. O cabimento de mandado de segurança contra ato judicial como, único remédio apto à efetivação da tutela de urgência tida como "irrecorrível"	256
Bibliografia	259

### LUCIANO TADEU TELLES

*O Recurso de Agravo e as Alterações Introduzidas à Luz da Lei nº 11.187/05: uma Visão Crítica, 261*

1. Considerações Introdutórias	263
2. Do Recurso de Agravo Retido, como Forma Ordinária de Impugnação das Decisões Interlocutórias: Obrigatoriedade Aparente	264
3. Da Utilização Excepcional do Recurso de Agravo por Instrumento para Solução de Questões Emergenciais	266
4. Dos Pronunciamentos Proferidos na Audiência de Instrução e	

**Localização: 347.958(81)**

**N945r**

**Código de barras: STJ00065845**

Julgamento e do Recurso a Ser Interposto	267
5. Do Princípio, da Conversão do Recurso de Agravo de Instrumento em Retido: Nenhuma Novidade?	269
6. Da Irrecorribilidade da Decisão Proferida pelo Relator, no Regular Exercício de seus Poderes Instrutores	270
7. Considerações à Guisa de Conclusão	272
Referências Bibliográficas	273

#### OLAVO DE OLIVEIRA NETO

*Evolução do Perfil Jurídico e das Limitações do Agravo. Qual (Há) o Futuro?, 275*

Introdução	277
1. O Agravo até 1973	279
2. O Agravo no Regime Original do Cpc de 1973	284
3. Lei nº 9.139, de 30 de Novembro de 1995	286
4. Lei nº 10.352, de 26 de Dezembro de 2001	289
5. Lei nº 11.187, de 19 de Outubro de 2005	292
6. Evolução e Perspectiva: Qual o Futuro do Agravo?	294

#### PAULO HOFFMAN

*Cuidado! O fim do agravo de instrumento pode aniquilar o processo civil pátrio, 299*

1. Introdução	301
2. A Seqüência das Reformas no Agravo	302
3. O Recurso Extraordinário e Especial Retidos como Precusores do "Novo Agravo"	304
4. A Desnecessidade do Pedido de Informações	306
5. O Novo Pedido de Reconsideração	307
6. Fecha-se a Via do Agravo Interno, mas "Sobra" para o Mandado de Segurança	308
7. Mais um Equívoco: a Obrigatoriedade do Agravo Retido em Audiências	309
8. O Fim do Recurso de Agravo de Instrumento	310
9. Conclusão	313
Bibliografia	313

SIDNEY PALHARINI JÚNIOR

*O Recurso de Agravo e os Juizados Especiais Cíveis — Algumas razões para sua inadmissão, 315*

1. O recurso de agravo: breve relato histórico	317
2. Formas de interposição: agravo retido e de instrumento	320
3. O Recurso de Agravo e os Juizados Especiais Cíveis	321
4. Algumas razões para inadmitir o recurso de agravo nos processos sob a égide da Lei 9.099/95	322
4.1. O princípio da taxatividade	322
4.2. A não previsão de decisões interlocutórias nos processos perante os juizados especiais cíveis	324
4.3. Os princípios informadores dos processos perante os juizados especiais cíveis: o princípio da oralidade	326
5. Conclusão	329
Bibliografia	330

TERESA ARRUDA ALVIM WAMBIER

*O novo recurso de agravo, na perspectiva do amplo acesso à justiça, garantido pela Constituição Federal, 333*

Introdução	335
1. Observações Introdutórias	335
2. A recorribilidade e suas implicações na prestação da tutela jurisdicional	336
3. A tentativa de desafogar o Poder Judiciário pela via da exclusão do acesso à justiça	340
4. As mudanças legislativas ocorridas no recurso de agravo, nos últimos anos	341
5. A última alteração, em fins de 2005	342
6. Conclusão	349